

oto impresso auditável"



Já para 2022?

No caminho para que valha a nova modalidade, será preciso regulamentar vários detalhes; regravando as possibilidades de pedido de recontagem e em qual momento ela ocorrerá – se só por demanda ou no fechamento de cada sessão. A adequação também passa por adquirir e adequar equipamentos de impressão com sistemas seguros contra fraudes e invasão de hackers; bem como as próprias cédulas impressas, que

precisam de algum mecanismo de controle e segurança. Para o TSE, mesmo que aprovada a PEC na Câmara e no Senado, dificilmente o sistema estará em operação à pleno já em 2022, como defende o presidente Bolsonaro.

“Pra se aplicar nas eleições do ano que vem, a lei precisa ser aprovada um ano antes da eleição. Daí teremos que ver o que a PEC trará de previsão legal; se será o voto impresso em 100% das urnas ou em parte delas, por amostragem. Depende do que for aprovado e, depois, entra a questão da implantação”, comenta o chefe do cartório local. “Se for em todas as urnas eletrônicas, são mais de 400 mil em todo o Brasil. Então, é pouco provável que, em menos de um ano, se faça o processo licitatório para a entrega dessas urnas, que não são urnas prontas que há no comércio. Terá que ser uma solução de engenharia nova, porque ela deve ter um local onde vai largar essa cédula que fique fora do alcance do eleitor. São por questões técnicas e legais, pela licitação em si, que é pouco provável que, em menos de um ano, isso já fique pronto para a próxima eleição.”



Diego Bonato Coitinho, chefe do cartório da 31ª Zona Eleitoral

O que garante a segurança das eleições, hoje?

O TSE avalia que são remotas as possibilidades de as urnas eletrônicas serem invadidas por hackers no formato atual. Isso, dado o fato de que elas não possuem mecanismos de conexão externa como via internet ou Bluetooth. Mesmo se, passando por todas as barreiras de segurança, houver alguma violação de software, ela interferirá só na urna específica, visto que os equipamentos não são interligados. O Tribunal adiciona, ainda, que as urnas são programadas para bloquear qualquer tentativa de ataque; e que a inserção de programas não oficiais, como um vírus, é dificultada pelo uso de assinaturas digitais que verificam a integridade do software. A urna só liga se reconhecer a assinatura correta.

Esse sistema, que vai dentro das urnas, também é auditado. Periodicamente, por um teste de integridade feito por especialistas em segurança da informação. E, seis meses antes da eleição, quando a justiça eleitoral também permite que os partidos políticos e especialistas indicados vistorem o código fonte do programa. É realizado, ali, o Teste Público de Segurança (TPS) para verificar a segurança das urnas que, não disponíveis no mercado, foram desenvolvidas para atender especificamente a realidade nacional. Só duas semanas antes das eleições que os equipamentos recebem os softwares. Após, as urnas são lacradas.

Boletins já impressos

Dentre os argumentos que defendem a segurança do sistema ainda está o processo de ligação das urnas que, como medida de segurança, imprimem a “zerésima”, um relatório inicial que indica que a máquina não tinha votos registrados antes do acionamento.

Ao fim da votação, os votos de cada eleitor são gravados em um arquivo chamado Registro Digital do Voto (RDV), que tem estrutura similar a uma tabela. O RDV posiciona os votos de forma aleatória para garantir o sigilo do eleitor. É a partir dele que são impressos os boletins de urna, relatórios com a apuração de cada sessão eleitoral que apontam quantos votos cada candidato ganhou por ali. É justamente o boletim uma das principais justificativas do TSE para refutar o novo “voto impresso auditável”. Isso por, em tese, ele já permitir uma “recontagem” antes de a urna passar por qualquer sistema externo.

Esses boletins são públicos para consulta com o fechamento de cada sessão. De praxe, uma via do boletim fica colada na porta da sala, outra é dada a representantes dos partidos; e outras três são encaminhadas ao cartório. A mesma informação desse papel impresso também é inserida em uma mídia digital criptografada e digitalmente assinada. A transmissão dos dados, então, é feita ao TSE via satélite por meio de uma rede privada; e os resultados de cada sessão eleitoral ficam disponíveis para consulta. Eles podem, portanto, ser confrontados. “Mesmo na improvável hipótese de acesso indevido às redes da Justiça Eleitoral e violação de todas as diversas barreiras de segurança, não seria possível alterar os resultados da eleição impressos pela urna eletrônica”, conclui o TSE.

Durante as eleições, ainda ocorrem testes de integridade da votação com as chamadas “auditorias de funcionamento das urnas eletrônicas”, ou “votação paralela”, que ocorrem em algumas sessões selecionadas. O procedimento é filmado e conta com membros do TSE, da OAB, do Ministério Público e representantes de partidos políticos, além de uma empresa terceirizada.

Com prefeito e vice em viagem, Juarez assume a Prefeitura

O prefeito Gustavo Zanatta (PTB) e o vice, Cristiano Braatz (MDB), estão em agenda em Brasília nesta semana, até quarta-feira. Nesse meio tempo, a Prefeitura está sob o comando do presidente da Câmara de Vereadores, vereador Juarez Vieira da Silva (também do PTB). “É uma honra termos essa confiança do prefeito de nos passar a Administração. Assumo com muita felicidade e vamos dar continuidade ao trabalho que ele já vem fazendo em prol da comunidade”, comentou o parlamentar. Tendo assumido ontem, Juarez devolve a administração na manhã de quinta-feira. No período, a presidência do Legislativo passou ao vice, o vereador Felipe Kinn (MDB).

De acordo com a legislação, a transmissão de cargo só seria obrigatória quando o afastamento do chefe do Executivo for superior a 15 dias. Não é o caso, mas Zanatta e Cristiano fizeram questão. “É uma forma de mostrarmos à população que mantemos com a Câmara uma relação pautada pela confiança mútua e pela transparência. Tenho certeza de que o vereador Juarez dará seguimento às atividades em andamento e vai contribuir muito com a comunidade”, sustenta o prefeito. Ao Ibiá, Juarez disse não ter uma meta pessoal que quer atingir no período à frente da Prefeitura. “Vamos tocar o trabalho que está sendo desenvolvido”, reforçou.

Prefeito e vice têm agendas distintas na capital do País. De acordo com o governo, os dois viajaram ao mesmo tempo, mas em voos separados, pois os horários dos compromissos colidem e não haveria como apenas um deles atender a toda a agenda. Braatz já tinha a viagem marcada há algum tempo e deve encaminhar a captação de recursos ao Município por meio de emendas parlamentares ao orçamento da União e junto aos ministérios. Já Zanatta, que já esteve em Brasília na semana retrasada, decidiu viajar para prestigiar o lançamento do Mês da Primeira Infância no Ministério da Cidadania. Ele é um dos cem convidados, de todo o Brasil, a participar da cerimônia; convite que foi feito pela secretária nacional de Atenção à Primeira Infância, Luciana Siqueira Lira de Miranda, durante a última viagem do prefeito.

Na agenda, constam ainda audiências nos ministérios da Saúde, da Agricultura e do Turismo, além do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT). Prefeito e vice também serão recebidos nos gabinetes dos deputados federais Maurício Dziedricki (PTB), Giovane Feltes, Osmar Terra e Márcio Biolchi (MDB), Lucas Redecker (PSDB) e Maria do Rosário (PT). “É lá (em Brasília) que está o dinheiro. Para construir uma cidade melhor, precisamos de verbas federais”, comenta Zanatta. (DM)



Cerimônia de posse ocorreu na sexta-feira